Trabalho apresentado no 13º CBCENF

Título: COMPORTAMENTO DA ESQUISTOSSOMOSE MANSÔNICA HEPATOESPLÊNICA EM PERNAMBUCO: UMA REVISÃO

Relatoria: LARISSA RIANE DE AGUIAR BARBOSA

Autores: Barbosa, Larissa Riane de Aguiar
Silva, Paula Carolina Valença
Domingues, Ana Lúcia Coutinho

Modalidade: Pôster

Área: Ensino e pesquisa

Tipo: Pesquisa

Resumo:

A esquistossomose mansônica é endêmica no Brasil e suas manifestações clínicas encontram-se descritas na literatura. Experiências relatadas em publicações brasileiras ressaltam sua importância para a organização dos serviços de saúde. O presente estudo descreve o comportamento da esquistossomose mansônica forma hepatoesplênica no Estado de Pernambuco. Foi realizada uma revisão bibliográfica acerca dos aspectos sóciodemográficos e clínicos desta forma clínica da doença no Estado, mediante a busca dos mais importantes artigos científicos indexados nos bancos de dados Lilacs, PubMed, Bireme e Scielo. Ao total, foram analisadas 66 publicações. Os diversos estudos analisados relatam que a doença é uma das mais prevalentes infecções helmínticas, constituindo um problema de saúde publica no mundo. No Brasil, a enfermidade é sério problema médico-social, sendo o Nordeste região hiperendêmica e sede de vários casos de formas graves da doença, destacando o estado de Pernambuco pela maior ocorrência e alta morbimortalidade. Pelo fato de ser uma doença com potencial complicação grave em sua forma Hepatoesplênica, a esquistossomose representa uma doença de impacto social. A elevada freqüência desta forma da doença é considerada como indicador de gravidade caracterizada por alterações clínicas, hematológicas, bioquímicas e ultrassonográficas, bem como, pela presença de hemorragia digestiva alta, representando a mais grave e temível conseqüência da hipertensão portal, influenciando fortemente na morbimortalidade. É urgente a priorização de medidas de controle, além de estratégias de educação nas comunidades de maior prevalência em Pernambuco. O problema exige o desenvolvimento de programas de controle e o reconhecimento desses aspectos supõe, por sua vez, a seleção de intervenções sociais e sanitárias para diminuir ou eliminar os fatores específicos de risco, sugerindo um processo de adequação das estratégias de atuação dos serviços de saúde, na tentativa de evitar que este problema continue representando situação de difícil controle no Estado.